

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**FACULDADE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**HENRIQUE VASCONCELOS DE MIRANDA**

**SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO FERRAMENTA DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA  
SISTEMÁTICA SOBRE SEUS IMPACTOS FISCAIS E ECONOMICOS**

**UBERLÂNDIA**  
**AGOSTO DE 2025**

**HENRIQUE VASCONCELOS DE MIRANDA**

**SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO FERRAMENTA DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA  
SISTEMÁTICA SOBRE SEUS IMPACTOS FISCAIS E ECONOMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Ciências  
Contábeis da Universidade Federal  
de Uberlândia como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho  
Andrade**

**UBERLÂNDIA  
AGOSTO DE 2025**

**HENRIQUE VASCONCELOS DE MIRANDA**

**SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS COMO FERRAMENTA DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA  
SISTEMÁTICA SOBRE SEUS IMPACTOS FISCAIS E ECONOMICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade Ciências  
Contábeis da Universidade Federal  
de Uberlândia como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.

**Banca de Avaliação:**

---

**Profa. Dra. Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade**

**– UFU Orientadora**

---

**Prof. Membro**

---

**Prof. Membro**

**Uberlândia (MG), 20 de  
Agosto de 2025**

## RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão sistemática da literatura sobre o papel das subvenções governamentais como ferramenta de desenvolvimento econômico, com foco em seus impactos fiscais e econômicos no Brasil. Foram analisados artigos publicados entre 2011 e 2024, extraídos de bases de dados acadêmicas qualificadas pelo sistema Qualis CAPES, priorizando aqueles classificados na escala de acordo com a qualidade, sendo A1 o mais alto e descendo até a qualificação B3. Os resultados evidenciam que as subvenções e incentivos fiscais desempenham um papel importante no estímulo à inovação, ao crescimento empresarial e à competitividade de diversos setores. Entretanto, a pesquisa também aponta desafios recorrentes relacionados à transparência na divulgação dos benefícios, à concentração de incentivos em determinadas regiões e setores, além da complexidade normativa que pode dificultar a efetividade das políticas públicas. Conclui-se que, embora os benefícios sejam relevantes, ainda há necessidade de avanços na mensuração dos impactos e na padronização das práticas, recomendando-se a ampliação de estudos empíricos e comparativos sobre o tema no contexto brasileiro.

Palavras-chave: subvenções governamentais; incentivos fiscais; desenvolvimento econômico; revisão sistemática; políticas públicas.

## ABSTRACT

This study conducts a systematic literature review on the role of government grants as a tool for economic development, focusing on their fiscal and economic impacts in Brazil. The analysis covers articles published between 2011 and 2024, selected from academic databases indexed by Qualis CAPES system, prioritizing those classified on the scale according to quality, with A1 being the highest and descending to qualification B3. The results show that grants and tax incentives play an important role in fostering innovation, business growth, and the competitiveness of various sectors. However, the research also highlights recurring challenges related to the transparency of benefit disclosures, the concentration of incentives in specific regions and sectors, and regulatory complexity that can hinder the effectiveness of public policies. It is concluded that, although the benefits are significant, further advances are needed in impact measurement and the standardization of practices, and that more empirical and comparative studies on the subject are recommended within the Brazilian context.

Palavras-chave: government grants; tax incentives; economic development; systematic review; public policies.

## 1 INTRODUÇÃO

Os recursos públicos são escassos, por isso devem ser gastos com eficiência, tendo em vista a necessidade de atendimento às crescentes demandas da sociedade (Rodrigo; Gontijo; Gonçalves, 2021).

As autoras Grzybowski e Hahn (2006) defendem que o governo deve exercer um papel ativo no desenvolvimento econômico e social, atuando por meio de um conjunto de ações que integram o campo da administração pública. Essa atuação tem como finalidade atender às necessidades da população, que financia o Estado por meio do pagamento de tributos. Segundo Denhardt e Denhardt (2000), em vez de simplesmente direcionar ou controlar as políticas públicas, o governo deve atuar em parceria com a sociedade civil e o setor privado para construir soluções coletivas que atendam ao interesse público, essa abordagem enfatiza a importância da intervenção estatal para garantir equidade, justiça e eficiência na gestão pública.

O Brasil possui uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, atingindo cerca de 32,3% do PIB em 2025<sup>1</sup>, o que acaba gerando impactos elevados para a economia brasileira. Segundo Lima e Rezende (2019), essa alta tributação se justifica pelo fato de que os impostos arrecadados são essenciais para o funcionamento do governo e para o financiamento de serviços públicos fundamentais, como saúde, educação e segurança.

Diante desse cenário, Formigoni et al. (2015) argumentam que o governo implementa medidas para reduzir o impacto dos tributos sobre as empresas, utilizando incentivos como estratégia para estimular determinados setores ou regiões e impulsionar a economia.

Carvalho (2023) defende que esses incentivos financeiros funcionam como instrumentos por meio dos quais o Estado busca induzir ou desencorajar comportamentos individuais alinhados a objetivos de interesse público, tanto econômicos quanto sociais. Um exemplo prático é o incentivo financeiro relacionado ao ICMS, como o programa Produzir, implementado pelo Governo do Estado de Goiás, cuja finalidade é fomentar empreendimentos naquela região.

---

<sup>1</sup> De acordo com a reportagem da Revista Exame publicada em 29 de março de 2025. Disponível em: <https://exame.com/brasil/carga-tributaria-chega-a-323-do-pib-maior-patamar-em-15-anos/>

Conforme Santos (2022), os benefícios fiscais estaduais e federais são instrumentos capazes de proporcionar economia tributária às empresas, o que, em tese, pode favorecer o aumento da produtividade, estimular investimentos, ampliar operações e gerar empregos. Contudo, o autor ressalta que a efetividade desses efeitos depende de um desenho institucional criterioso, acompanhamento permanente e avaliação dos resultados, a fim de evitar distorções e assegurar que tais políticas realmente promovam o desenvolvimento econômico regional e beneficiem a sociedade local.

Segundo Morais (2012), a subvenção econômica, consiste em uma modalidade de subsídio estatal que direciona recursos públicos a empresas, sejam elas privadas ou estatais. Sua principal característica é a ausência de exigência de retorno em forma de bens ou serviços, o que a distingue dos demais investimentos diretos feitos pelo governo. Para Oliveira, Carmo e Machado (2025), no que tange as subvenções governamentais, é comum à sua utilização com o intuito de impulsionar a economia e atender às demandas sociais. Essas ações do poder público visam suprir deficiências do mercado e promover o progresso socioeconômico.

No entanto, os efeitos desse mecanismo ainda são pouco debatidos na literatura, uma vez que podem tanto impulsionar o crescimento e a inovação quanto gerar dependência ou distorções no mercado. Diante desse cenário, surge como questão central desta pesquisa: qual o perfil e a evolução das pesquisas em incentivos fiscais e subvenções governamentais?

Para responder à questão central deste estudo, foram definidos os seguintes objetivos: investigar o perfil e a evolução das pesquisas em incentivos fiscais e subvenções governamentais, por meio de uma revisão sistemática da literatura, identificando as principais contribuições e perspectivas sobre a utilização das subvenções como instrumento de desenvolvimento econômico.

A presente pesquisa se justifica pela relevância das subvenções governamentais como instrumentos estratégicos utilizados pelo Estado para fomentar o desenvolvimento econômico e social. Considerando que o Brasil possui uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo, compreender a eficácia dos mecanismos que buscam mitigar seus efeitos negativos sobre as empresas torna-se fundamental. Ademais, dada a complexidade das normativas tributárias e fiscais e a constante disputa entre os estados brasileiros na concessão desses incentivos, é essencial avaliar se esses mecanismos de estímulo realmente contribuem para o desenvolvimento

econômico regional e empresarial, promovendo maior equidade, geração de empregos e competitividade. Assim, espera-se que este estudo contribua significativamente tanto para o avanço teórico sobre o tema quanto para orientar políticas públicas mais eficientes e transparentes.

Exemplos práticos ilustram claramente os impactos das subvenções governamentais no Brasil. A Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991) proporcionou incentivos fiscais que alavancaram a indústria nacional de tecnologia, resultando em expansão da produção e inovação, gerando empregos e desenvolvimento tecnológico significativo. De forma semelhante, a Zona Franca de Manaus, estabelecida para estimular o desenvolvimento da região amazônica, obteve sucesso em atrair grandes investimentos industriais e gerar milhares de empregos, respondendo hoje por uma parcela substancial do PIB industrial brasileiro. Ademais, o benefício fiscal concedido às locadoras de veículos para compra de automóveis novos, com redução do ICMS e outros tributos estaduais, proporcionou forte crescimento desse setor, contribuindo para a renovação da frota nacional e expansão das atividades econômicas relacionadas.

Esta pesquisa se organiza em cinco partes: a primeira seção é a introdução do estudo, fornecendo uma visão geral do tema em questão. A segunda seção tem como objetivo traçar o embasamento teórico que sustenta a pesquisa. Na terceira seção, apresenta-se a metodologia empregada, detalhando os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados. A quarta seção aborda os dados em si, destacando suas características principais e relevância para o estudo em questão. Por último, as considerações finais que encerram a pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção tem como propósito desenvolver a fundamentação teórica relacionada à temática em estudo, explorando os principais conceitos, autores e debates que sustentam a investigação proposta. Além disso, busca-se delimitar o tipo de pesquisa adotado, evidenciando sua importância tanto no campo científico quanto em suas possíveis contribuições para a sociedade e para o meio acadêmico, ao aprofundar a reflexão e a produção de conhecimento sobre o tema.

## 2.1 Subvenções e assistências governamentais

De acordo com o CPC 07 (R1) (2010), as subvenções e assistências governamentais (SAGs), concedidas pelas esferas municipal, estadual ou federal, somente podem ser reconhecidas se houver razoável certeza do cumprimento de todas as condições exigidas, bem como segurança quanto ao recebimento efetivo dos recursos. O referido pronunciamento também define especificamente o conceito dessas subvenções e assistências governamentais. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 07 (2010), Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.

De acordo com Araújo, Leite e Filho (2018), as subvenções governamentais podem assumir diferentes formas, sendo classificadas principalmente como empréstimos subsidiados ou subvenções para investimento. Araújo, Leite e Filho (2018) dizem que os empréstimos subsidiados consistem na concessão de benefícios fiscais, em que o Estado abre mão, de forma total ou parcial, do recebimento de tributos que seriam pagos pelas empresas, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito ou reduzir custos operacionais, já as subvenções para investimento visam incentivar a instalação e expansão de atividades industriais e comerciais em regiões consideradas carentes, buscando promover o desenvolvimento econômico dessas áreas.

Pêgas (2022) também ressalta que é fundamental diferenciar as subvenções para custeio e para investimento. As subvenções para custeio cobrem despesas operacionais da empresa, enquanto as subvenções para investimento incentivam o desenvolvimento regional por meio da implantação ou expansão de negócios. Para Pêgas (2022), um exemplo de subvenção para custeio é o crédito presumido de ICMS, que reduz o imposto a pagar, já as subvenções para investimento ocorrem quando o estado concede gratuitamente um ativo a uma empresa para apoiar suas atividades, com regras para sua incorporação definitiva ao patrimônio da empresa.

Pêgas (2022), diz que a legislação tributária brasileira é complexa, os 27 estados oferecem incentivos fiscais de todos os tipos e em diferentes formatos, criando uma complexidade desnecessária.

De acordo com Pohlmann (2024), os incentivos fiscais são mecanismos utilizados pelo governo para reduzir a carga tributária das empresas, funcionando como instrumentos de políticas sociais e econômicas e uma importante fonte de economia para as empresas. Para que possam ser usufruídos, é necessário que os contribuintes atendam aos requisitos estabelecidos pela legislação (Pohlmann, 2024).

Dessa maneira, para ser considerado um incentivo fiscal, deve haver, concomitantemente: 1 – uma vantagem tributária para o contribuinte; 2 – uma ação exigida do contribuinte; e 3 – uma finalidade econômica ou social subjacente para a qual o incentivo foi criado. (Pohlmann, 2024, p. 310).

Um incentivo fiscal pode ser materializado de diversas formas, tais como: 1 – créditos fiscais; 2 – a dedução de um gasto direto do imposto; 3 – a possibilidade de antecipação da dedução de uma despesa; 4 – isenções; 5 – reduções de alíquota; 6 – reduções de base de cálculo; e 7 – postergação ou diferimento da tributação" (Pohlmann, 2024, p. 310).

No estudo de Benetti et. al (2014), constatou-se que todos os setores da BM&FBovespa analisados evidenciaram o recebimento de subvenções e assistências governamentais, com destaque para os setores de Utilidade Pública e Consumo Cíclico, que apresentaram maior nível de evidenciação das informações.

Patussi, Bianchi, Vendruscolo e Engelet (2017) apontam que, no período de 2013 a 2015, entre as empresas listadas na BM&FBovespa dos setores de Água e Saneamento e Energia Elétrica, 7 e 100 empresas, respectivamente, evidenciaram em suas Notas Explicativas o recebimento de subvenções e assistências governamentais. No segmento de Água e Saneamento, em média, 52% das empresas divulgaram tais informações no período analisado. No setor de Energia Elétrica, que contou com 60 empresas em cada ano, essa média foi de aproximadamente 55%.

## 2.2 Revisão sistemática de literatura

De acordo com Sampaio e Mancini (2007, pg. 84), a revisão sistemática consiste em uma modalidade de pesquisa que utiliza a literatura existente como fonte de dados, aplicando métodos sistematizados para buscar, avaliar criticamente e sintetizar informações sobre um tema. Para Whittemore e Knafl (2005), a revisão

sistemática tem como objetivo integrar as evidências disponíveis em múltiplos estudos sobre determinado tema, utilizando procedimentos que podem incluir, além da análise qualitativa, a incorporação de dados quantitativos oriundos de meta-análises.

A revisão sistemática é planejada para responder questões específicas, valendo-se de procedimentos metodológicos claros e rigorosos para identificar, selecionar, analisar criticamente e sintetizar dados provenientes de estudos relevantes e por conta desse rigor e do uso criterioso da literatura, revisões sistemáticas são consideradas pesquisas originais (Rother, 2007).

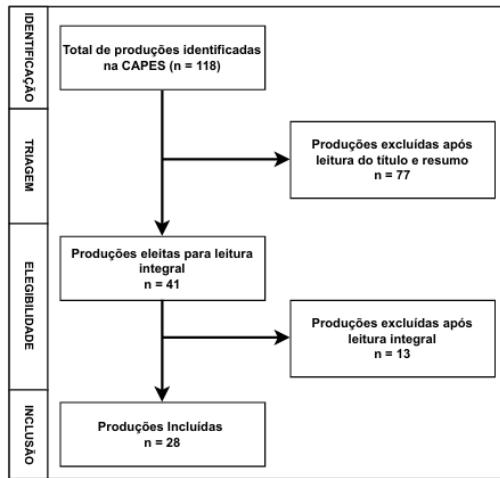
A revisão de literatura é fundamental para a produção acadêmica e científica, pois evita repetição de pesquisas e possibilita o reaproveitamento de estudos em novos contextos. Essa prática também auxilia na identificação de falhas em pesquisas anteriores, no reconhecimento dos recursos necessários para novas investigações e no desenvolvimento de trabalhos que supram lacunas do conhecimento, além de estimular propostas inovadoras. (Galvão; Ricarte, 2019).

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa se caracteriza como uma revisão sistemática de literatura, adotando uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise detalhada de artigos acadêmicos. Como já citado no referencial teórico, a revisão sistemática de literatura consiste em um tipo de pesquisa que emprega como fonte de dados a literatura existente, empregando métodos sistematizados a fim de localizar, analisar criticamente e reunir informações relevantes sobre determinado assunto.

Para garantir abrangência e rigor científico, foram consultadas as bases acadêmicas ([www.spell.org](http://www.spell.org) e [www.scielo.com](http://www.scielo.com)). A seleção dos artigos seguiu critérios específicos, utilizando as palavras-chave: "subvenções governamentais", "incentivos fiscais" e "subvenções de investimento". Foram encontrados 118 artigos. Após a análise foram selecionados 24 artigos que abrangem o período entre 2011 e 2024, considerando exclusivamente publicações científicas classificadas pela CAPES 2017-2020 nas categorias de A1 a B3.

**Quadro 1 - Demonstração da identificação e inclusão de artigos**



Fonte: Autor (2025)

O processo detalhado de extração e análise dos dados envolveu a leitura inicial dos resumos para verificar relevância, seguida pela leitura integral dos textos selecionados para identificação, categorização e análise crítica dos conteúdos, buscando-se evidenciar os principais achados, divergências e consensos da literatura sobre os efeitos econômicos e financeiros das subvenções governamentais.

Foi utilizado um quadro em Excel elaborado para a análise dos seguintes itens: Título do periódico, ano, qualis, autoria e a frequência relativa frequência relativa correspondente em relação ao total da amostra analisada.

Como este estudo foi documental e as informações analisadas são de domínio público não foi necessário a autorização do CEP – Comitê de Ética em Pesquisa. Mas vale ressaltar que foram respeitados todos os aspectos éticos relacionados à autoria, citações, entre outros.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a tabulação dos dados no Excel, foram identificados os periódicos nos quais os artigos selecionados foram publicados. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos periódicos componentes da pesquisa, indicando a respectiva classificação Qualis, o número de artigos publicados em cada um e o percentual correspondente em relação ao total de publicações analisadas. A Tabela 2 apresenta a distribuição metodológica dos 27 artigos analisados, classificando-os conforme o tipo de pesquisa e a abordagem

adotada. Já a Tabela 3 os estudos foram divididos quanto à frequência de Autores por Instituições de ensino de acordo com os vínculos acadêmicos.

**Tabela 1: Classificação e frequência de periódicos da amostra**

Periódico	Qualis	Nº de artigos publicados
Ciências Sociais Aplicadas Em Revista	B1	1
Contabilidade Vista & Revista	A3	1
Contabilometria – Brazilian Journal Of Quantitative Methods Applied To Accounting	B2	1
Enfoque: Reflexão Contábil	A2	3
Rev. Bras. Inov., Campinas (Sp)	B2	1
Rev. Fac. Direito Ufmg	A4	1
Revista Administração, Sociedade E Inovação	B3	1
Revista Ambiente Contábil	A4	2
Revista Brasileira De Gestão E Inovação	A4	1
Revista Cafi – Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação	B3	1
Revista Catarinense Da Ciência Contábil	A3	4
Revista De Administração, Contabilidade E Economia Da Fundace	A4	1
Revista De Gestão E Tecnologia	A3	1
Revista Eletrônica Gestão & Sociedade	B1	1
Revista Eniac Pesquisa	B1	1
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	A3	2
Revista Mineira de Contabilidade	A4	1
<b>TOTAL</b>		<b>28</b>

Fonte: Autor (2025).

A Tabela 1 apresenta a classificação Qualis e a frequência dos periódicos que compõem a amostra analisada, totalizando 28 artigos publicados sobre a temática. Dentre os periódicos, destaca-se a Revista Catarinense da Ciência Contábil, com quatro publicações, representando aproximadamente 17% do total, seguida pela Revista Enfoque: Reflexão Contábil, com três artigos. As revistas Ambiente Contábil e Evidenciação Contábil & Finanças aparecem em sequência, com duas publicações cada. Os demais periódicos apresentaram um artigo publicado, o que demonstra uma variedade na disseminação dos estudos, ainda que com menor recorrência individual.

Observa-se, ainda, que os periódicos com maior número de publicações estão classificados nos estratos A2 a A4 do Qualis Capes, o que indica que a produção científica sobre o tema tem sido acolhida por revistas de boa qualidade acadêmica. Isso reforça a relevância da temática para a comunidade científica e evidencia seu

potencial de contribuição para o avanço das pesquisas na área contábil. A diversidade de periódicos e a qualificação das publicações sugerem que o assunto vem sendo amplamente debatido e valorizado no meio acadêmico.

**Tabela 2: Distribuição metodológica**

<b>Tipo de Pesquisa</b>		<b>Objetivo e Abordagem</b>		
Quanto aos fins	Descritiva	Exploratória	Explicativa	Combinadas
	12	2	4	10
Quanto à abordagem	Qualitativa	Quantitativa		Ambas
	9	16		3

Fonte: Autor (2025).

Em relação à Tabela 2, observa-se que, em relação ao objetivo da pesquisa, a maioria dos artigos utiliza apenas uma abordagem descritiva (12 artigos), enquanto outros utilizam exclusivamente a abordagem exploratória (2 artigos) ou explicativa (4 artigos). No entanto, é relevante destacar que 10 artigos apresentam uma abordagem combinada, ou seja, mesclam mais de um objetivo (descritiva, exploratória e explicativa) em um mesmo trabalho, conforme a natureza multifacetada dos estudos em ciências sociais aplicadas. Quanto à abordagem metodológica, predominou o uso quantitativo (15 artigos), seguido do qualitativo (09 artigos) e de pesquisas que utilizaram abordagem mista (3 artigos), ou seja, que combinam métodos qualitativos e quantitativos.

**Tabela 3: Instituição de Ensino dos Autores**

<b>Instituições de Ensino</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1	3%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	4	11%
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	1	3%
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1	3%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2	6%
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1	3%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2	6%
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	2	6%
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	1	3%
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	1	3%
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	1	3%
Universidade de Pernambuco (UPE)	1	3%

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1	3%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)	1	3%
Universidade do Porto (Portugal)	2	6%
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	1	3%
Centro de Ensino Superior Riograndense (CESURG)	1	3%
Universidade de Brasília (UnB)	1	3%
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	1	3%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1	3%
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	1	3%
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2	6%
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1	3%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1	3%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2	6%
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: Autor (2025)

A tabela 3 mostra a distribuição das instituições de ensino dos autores que participaram dos artigos analisados. Ao todo, foram identificadas 23 instituições diferentes, com destaque para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que concentra o maior número de autores (4), representando 11% do total.

O estudo de Miranda, Valdevino e Oliveira (2020) analisa a influência das subvenções governamentais na rentabilidade das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa (atual B3), nos anos de 2015 e 2016. Os resultados indicam que, embora em 2015 não tenha havido influência estatisticamente significativa entre o recebimento das subvenções e as variáveis financeiras, em 2016 foi identificada uma correlação significativa, especialmente entre o recebimento de subvenções e o patrimônio líquido das empresas.

Neto et. al (2022), analisaram a relação entre subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados em empresas do Índice Brasil 100 (IBRX100) da B3, no período de 2010 a 2018. Os resultados indicaram que não há relação estatisticamente significativa entre o recebimento de subvenções governamentais e o gerenciamento de resultados. Salvalagio, Lizot e Zanchet (2019) abordam o impacto das subvenções governamentais na geração e distribuição de valor adicionado em empresas de utilidade pública listadas na B3. Concluem que a presença das subvenções está associada a uma maior geração de valor adicionado nessas companhias.

Formigoni, Carneiro, Gomes e Segura (2013) investigam a relação entre incentivos fiscais previstos na Lei do Bem e a geração de riqueza em companhias abertas brasileiras não financeiras. Os resultados indicam que os incentivos fiscais contribuem para o aumento da geração de riqueza das empresas analisadas. Marostica e Petri (2017) examinam o custo-benefício dos incentivos fiscais e indicadores de desempenho em um estudo de caso da empresa Grendene S/A. O trabalho aponta que os incentivos fiscais tiveram impacto positivo sobre os resultados da empresa analisada.

Chagas, Araújo e Damascena (2011) analisam a evidenciação de subvenções e assistências governamentais recebidas por OSCIPs nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. O estudo revela que há pouca transparência e padronização na divulgação dessas informações pelas organizações. Benetti et. al (2014) investigam a evidenciação das subvenções e assistências governamentais por empresas da BM&FBOVESPA. A análise indica que ainda existe baixa divulgação dessas informações, dificultando a transparência aos stakeholders. Santos Neto et. al(2023) examinam o disclosure de subvenção e assistência governamentais em empresas brasileiras listadas na B3. Os autores concluem que a divulgação dessas informações ainda é insuficiente, prejudicando a transparência para os usuários externos. Silva et. al(2019) discutem a divulgação dos benefícios fiscais e sua relação com possíveis economias tributárias nas empresas. O artigo conclui que há espaço para avanços na qualidade e quantidade das informações divulgadas ao mercado.

Franco et. al (2020) tratam dos incentivos fiscais do Programa Rota 2030 e sua influência na comercialização de veículos no Brasil. O artigo conclui que o programa contribui para a competitividade do setor automotivo, ainda que apresente limitações na abrangência dos benefícios. Pinheiro, Rapini e Paranhos (2021) abordam a subvenção à inovação no setor farmacêutico brasileiro sob a ótica do nível de incerteza. Os resultados revelam que as subvenções são essenciais para o setor, especialmente em projetos de maior risco tecnológico.

Gouveia Santos et. al (2024) discutem o efeito dos incentivos fiscais na responsabilidade social corporativa das organizações. O estudo demonstra que os incentivos podem fortalecer as ações de responsabilidade social, desde que bem direcionados. Bezerra (2013) discute a utilização dos incentivos fiscais como mecanismo para promover a sustentabilidade ecológica. O estudo conclui que tais incentivos são ferramentas eficazes para estimular práticas sustentáveis nas empresas.

Einsweiller, Dal Magro e Mazzioni (2022) avaliam os efeitos dos vínculos políticos e dos benefícios fiscais na geração de valor adicionado nas empresas. O artigo conclui que os vínculos políticos e os incentivos fiscais influenciam positivamente o valor adicionado das companhias. Filho e Wickboldt (2019) analisam a criação de valor nas empresas beneficiadas por subvenção governamental. O estudo demonstra que as subvenções impactam de forma positiva a geração de valor corporativo.

Schneider, Lumbieri e Kronbauer (2011) analisam o custo-benefício dos incentivos fiscais em empresas calçadistas a partir da DVA. Os autores concluem que os incentivos proporcionam vantagens econômicas perceptíveis para o setor. Assunção (2017) discute os impactos econômicos e financeiros dos incentivos fiscais em tempos de crise. O autor conclui que, apesar dos desafios, os incentivos fiscais se mostram relevantes para a manutenção das atividades econômicas.

Junior (2015) apresenta uma análise sobre os benefícios fiscais e sua influência na competitividade empresarial. O estudo aponta que políticas bem estruturadas de incentivos fiscais promovem maior competitividade no ambiente empresarial. Gonçalves, Nascimento e Wilbert (2016) avaliam os efeitos das subvenções governamentais sobre elisão fiscal e geração de riqueza. O artigo conclui que as subvenções podem contribuir para estratégias fiscais e o aumento da riqueza empresarial.

Einsweiller e Batistella (2021) examinam a influência da subvenção e assistência governamental no desempenho das empresas listadas na B3. Os resultados indicam que tais benefícios influenciam positivamente o desempenho das organizações. Pereira, Bomtempo e Alves (2015) comparam programas de subvenção às atividades de P&D em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa. O estudo mostra que o Brasil possui instrumentos eficientes, mas ainda enfrenta desafios em relação à integração e continuidade das políticas.

Holanda, Moura e Mahl (2015) avaliam a percepção das micro e pequenas empresas baianas sobre editais de subvenção econômica. O trabalho conclui que as empresas enxergam as subvenções como importantes para promover inovações, embora enfrentem dificuldades no acesso. Oliveira (2024) investiga o impacto das políticas fiscais de incentivo sobre a produção de I&D nos países da OCDE. A dissertação conclui que políticas fiscais bem direcionadas contribuem de maneira significativa para o aumento dos investimentos em inovação. Borges e Hoffmann

(2017) estudam o papel da subvenção econômica como instrumento de fomento à inovação em empresas de TIC de Florianópolis. A conclusão aponta que as subvenções estimulam significativamente as atividades inovadoras nessas empresas.

Piontkewicz, Freitas e Biz (2017) analisam benefícios fiscais para inovação tecnológica em indústrias de grande porte no Brasil. O estudo conclui que os incentivos fiscais são relevantes para a tomada de decisão e o fomento à inovação nessas empresas. Souza, Parente, Farias e Forte (2018) analisam o efeito da subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. O estudo evidencia que o recebimento desses recursos impacta positivamente as atividades de inovação das empresas pesquisadas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa, ao realizar uma revisão sistemática da literatura sobre os impactos fiscais e econômicos das subvenções governamentais no Brasil, evidenciou que tais instrumentos exercem papel relevante no desenvolvimento econômico, no estímulo à inovação e na competitividade empresarial. De modo geral, os estudos revisados apontam que incentivos fiscais e subvenções, são capazes de impulsionar setores estratégicos, promover geração de valor e incentivar práticas socialmente responsáveis. Muitos resultados também demonstram efeitos positivos sobre a performance financeira de empresas beneficiadas, especialmente em setores como tecnologia, indústria e energia elétrica, contribuindo para o fortalecimento regional e setorial da economia.

Entretanto, a literatura analisada também evidencia desafios e limitações no uso das subvenções governamentais. Diversos autores destacam problemas de transparência e padronização na divulgação das informações sobre os benefícios recebidos, o que dificulta a avaliação social e institucional dessas políticas. Ademais, a concentração dos incentivos em determinados setores e regiões, aliada à complexidade e à diversidade das legislações estaduais, sugere que nem sempre os benefícios são distribuídos de forma equitativa ou atingem plenamente os objetivos de desenvolvimento esperados. Há ainda relatos de que a efetividade dos incentivos depende não apenas do volume de recursos concedidos, mas também da qualidade da fiscalização e do alinhamento com políticas públicas de longo prazo.

Diante do exposto, a análise evidencia que, embora as subvenções governamentais e os incentivos fiscais tenham potencial para alavancar a economia e gerar benefícios expressivos, ainda existem lacunas significativas de pesquisa na área. É fundamental que futuros estudos aprofundem a avaliação de impactos de médio e longo prazo, explorem comparações regionais e setoriais mais detalhadas e desenvolvam métricas robustas de mensuração dos benefícios. Além disso, é importante analisar as externalidades negativas e os riscos de dependência ou distorção de mercado. A expansão das pesquisas empíricas e o aprimoramento da transparência das informações contribuirão para a construção de políticas públicas mais eficientes, justas e orientadas para o interesse coletivo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. A. M.; LEITE, K. K. M.; FILHO, P. A. M. Influência da condição financeira nas subvenções governamentais dos estados brasileiros em cenário de crise econômica. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Paraná, v. 38, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2019. DOI: 10.4025/enfoque.v38i3.43027.

ASSUNÇÃO, M. C. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista de Direito Tributário Atual**, v. 46, p. 107-132, 2020.

BENETTI, C. P.; BENETTI, A. M. B.; BRAUN, H. S.; ORO, I. M.; UTZIG, M. C. Evidenciação de subvenção e assistência governamental: uma análise nas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 2, p. 76-91, 2014.

BEZERRA, P. I. S. Utilização dos incentivos fiscais como mecanismo para promover a sustentabilidade ecológica. **Revista do Direito Ambiental e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 55-73, 2012.

BORGES, A. F. S.; HOFFMANN, V. E. A subvenção econômica como instrumento de fomento à inovação: estudo de múltiplos casos em empresas de base tecnológica de Santa Catarina. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 1, p. 55-76, 2017.

CARVALHO, C. V. **Incentivos fiscais no setor automotivo**. São Paulo: Almedina, Brasil, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935499/>. Acesso em: 29 jun. 2025. ISBN 9788584935499.y

CHAGAS, L. F.; ARAÚJO, J. F.; DAMASCENA, D. S. Evidenciação das subvenções e assistências governamentais recebidas pelas OSCIPs: uma análise empírica nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. **Revista de Informação Contábil**, v. 5, n. 5, p. 49-64, 2011.

**Comitê De Pronunciamentos Contábeis.** CPC 07 (R1) – Subvenção e assistência governamentais. Brasília, 2010. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/Do>

cumentos/DocumentosEmitidos/Pronunciamento/CPC\_07\_R1.pdf. Acesso em: 29 jun. 2025.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: serving rather than steering. **Public Administration Review**, v. 60, n. 6, p. 549-559, Nov./Dec. 2000. DOI: 10.1111/0033-3352.00117.

EINSWEILLER, V. F.; BATISTELLA, F. Influência da subvenção e assistência governamental no desempenho das empresas listadas na B3. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 12, n. 2, p. 101-116, 2021.

EINSWEILLER, V. F.; MAGRO, C. B.; MAZZIONI, S. Diferentes efeitos dos vínculos políticos e de benefícios fiscais na geração de valor adicionado. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 11, n. 2, p. 123-143, 2020.

FILHO, F. A. C.; WICKBOLDT, A. Criação de valor: um estudo com foco na concessão de subvenção governamental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 13, n. 37, p. 141-158, 2019.

FORMIGONI, H.; CARNEIRO, L. M.; GOMES, L. A.; SEGURA, L. A relação entre os incentivos fiscais da Lei do Bem (PDTI) e a geração de riqueza pelas companhias abertas brasileiras não financeiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 69-82, 2015.

FRANCO, A. S.; SILVA, J. A.; SOUZA, P. S.; GONZALES, M. G. Incentivos fiscais para comercialização de veículos no Brasil – Programa ROTA 2030. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, n. 39, p. 151-168, 2020.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M.. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GONÇALVES, L. A.; NASCIMENTO, L. F. M.; WILBERT, M. D. Os efeitos da subvenção governamental frente à elisão fiscal e a geração de riqueza. **Revista de**

**Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 2, p. 37-56, 2016.

GRZYBOVSKI, D.; HAHN, T. G. Educação fiscal: premissa para melhor percepção da questão tributária. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 841-864, set./out. 2006.

HOLANDA, D. B. D.; MOURA, G. D. M.; MAHL, D. Fomento às inovações nas micro e pequenas empresas – avaliação das empresas baianas sobre editais de subvenção econômica. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 20, n. 2, p. 46-63, 2015.

JUNIOR, E. C. de. **Benefícios fiscais e competitividade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do Porto, Porto, 2020.

LIMA, E. M.; REZENDE, A. J. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 239-255, jan./mar. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v0i0.1609>.

MACHADO, A. C. A. R. **Crescimento das empresas e incentivos fiscais: evidência em Portugal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2021.

MAROSTICA, D. A. S.; PETRI, S. M. Custo-benefício dos incentivos fiscais e indicadores de desempenho: um estudo de caso na empresa Grendene S/A. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 50, p. 40-53, 2017.

MIRANDA, L. F. R.; VALDEVINO, C. C. M.; OLIVEIRA, M. C. Subvenção e assistência governamentais: um estudo nas empresas do subsetor de energia elétrica listadas na B3. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 10, n. 3, p. 105-120, 2020.

MORAIS, J. M. A subvenção econômica cumpre a função de estímulo à inovação e ao aumento da competitividade das empresas brasileiras? In: **Instituto de pesquisa econômica aplicada**. Brasil em desenvolvimento 2011: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2012. v. 2, p. 343-358. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_em\\_desenvolvimento\\_2011\\_v\\_2.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_em_desenvolvimento_2011_v_2.pdf). Acesso em: 2 ago. 2025.

NETO, F. B.; MAGALHAES, J. P. M.; SOUZA, J. L.; PARENTE, P. H. N. Explorando os diferenciais de disclosure de subvenção e assistência governamentais nas empresas brasileiras listadas na B3. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 26, n. 1, p. 156-172, 2023.

NETO, J. A. C.; LINS, T. S. M.; JÚNIOR, F. J. S.; CÂMARA, R. P. B. Subvenções governamentais e gerenciamento de resultados: uma análise nas empresas componentes do IBrX100. **Rev. Min. Contab., Belo Horizonte**, v. 23, n. 2, p. 7-18, maio/ago. 2022.

OLIVEIRA, F. P. **Produção de I&D nos países da OCDE: estudo do impacto das políticas fiscais de incentivo. 2024.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2024.

OLIVEIRA, C. E. G.; CARMO, C. H. S.; MACHADO, L. S. Subvenções para investimento: value relevance da reserva de incentivos fiscais nas empresas brasileiras. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, Monte Carmelo, v. 12, n. 2, p. 20-37, jul.-dez. 2025.

PÊGAS, P. H. **Manual de Contabilidade Tributária.** Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Ebook. ISBN 9786559772087. Disponível em: <https://integrada>.

PEREIRA, M. A. C.; MARTINS, H. C.; ALVES, F. G. Programas de subvenção às atividades de P&D: uma comparação em biocombustíveis no Brasil, EUA e Europa. **Revista do Serviço Público**, v. 66, n. 2, p. 255-272, 2015.

PINHEIRO, M. R. C.; RAPINI, M. S.; PARANHOS, J. Subvenção à inovação no setor farmacêutico brasileiro: uma análise a partir do nível de incerteza. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 20, n. 1, p. 183-212, 2021.

PIONTKEWICZ, E. F.; FREITAS, H. M. R.; BIZ, J. A. Benefícios fiscais para incentivo à inovação tecnológica no Brasil: informação para uso no processo de

tomada de decisão em indústrias de grande porte. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 4, n. 1, p. 133-153, 2017.

POHLMANN, M. C. **Contabilidade Tributária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p.295. ISBN 9786559775873. Disponível em: [https://integrada\[minhab\].biblioteca.com.br/reader/books/9786559775873/](https://integrada[minhab].biblioteca.com.br/reader/books/9786559775873/). Acesso em: 02 ago. 2025.

RODRIGUES, A. C.; GONTIJO, T. S.; GONÇALVES, C. A. Eficiência do gasto público em atenção primária em saúde nos municípios do Rio de Janeiro, Brasil: escores robustos e seus determinantes. **Ciencia & saude coletiva**, v. 26, n. suppl 2, p. 3567-3579, 2021.

ROTHER, E. T. Systematic literature review x narrative review. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. vii-viii, 2007.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. ISSN 1413-3555.

SANTOS, A. D.; MAGALHÃES, T. S.; SOUZA, F. A. M.; PARENTE, V. C. Explorando os diferenciais de disclosure de subvenção e assistência governamentais nas empresas brasileiras listadas na B3. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 13, n. 3, p. 138-155, 2023.

SANTOS, F. F. P. V. Eficiência dos benefícios fiscais e neutralidade fiscal. **Revista Brasileira de Direito Tributário Atual**, v. 28, p. 1-36, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/rda/article/view/6233>. Acesso em: 02/08/2025.

SANTOS, J. B.; LIMA, A. B.; FRANÇA, R. A.; LEITE FILHO, C. A. Efeito dos incentivos fiscais e a responsabilidade social corporativa das organizações. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 15, n. 3, p. 225-244, 2024.

SCHNEIDER, A.; LUMBIERI, J. M.; KRONBAUER, C. Relação custo-benefício dos incentivos fiscais: um estudo baseado na DVA de empresas calçadistas

incentivadas. In: **Congresso Brasileiro de Custos**, 18., 2011, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ABC, 2011. p. 1-20.

SILVA, J. C.; SANTOS, P.; RIEGER, D. A.; GONZALES, M. G. A divulgação dos benefícios fiscais e a informação sobre possíveis economias tributárias. **Revista de Administração Tributária**, v. 11, n. 1, p. 22-34, 2019.

SOUZA, F. A. M.; PARENTE, V. C.; FARIA, A. C. S.; FORTE, J. C. R. Subvenção e assistência governamental em empresas brasileiras com fomento à inovação da FINEP. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 19, n. 3, p. 70-85, 2018.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, Dec. 2005. DOI: 10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x. PMID: 16268861.